

Resenha

EM BUSCA DE PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS

Título	<i>Manual de análise do discurso em ciências sociais</i>
Autor	Lupicínio Iñiguez
Cidade	Petrópolis
Editora	Vozes
Ano	2006

INTRODUÇÃO

Nossa motivação em resenhar um manual de análise do discurso nas ciências sociais provém da constatação de que, nos últimos anos, a maioria dos estudos de orientação qualitativa, desenvolvidos na área da educação física, apóia-se em princípios e procedimentos ancorados na linguagem. Entendemos que ao trazer e discutir, na área, o que se propõe para as ciências sociais, favorece a reflexão e a tomada de decisão dos analistas dos discursos da educação física e do esporte.

Com tradução polêmica¹ do espanhol por Vera Lúcia Joscelyne, e revisão também problemática, a coletânea, de 312 páginas, anuncia-se como um “manual”. Dada a carência de obras de referência nas novas áreas de produção do conhecimento entre nós, pareceu-nos apropriado proceder ao exame do livro, com vistas a contribuir com o debate sobre alternativas de análise dos discursos da educação física. Passemos a um breve exame da obra. Em sete capítulos, a coletânea, emoldurada por belo prefácio sobre o

¹ A expectativa do leitor de obra traduzida é que a pessoa que traduziu conheça a língua-fonte, a língua-alvo e o assunto. No nosso caso, há vários exemplos de tradução inadequada de termos técnicos, que não levam em conta o léxico da lingüística, consolidado no Brasil por quarenta anos de prática, conforme mostraremos no corpo da resenha. Além disso, a formulação de parágrafos incompreensíveis em tópicos como atos de fala e etnometodologia indicam que a tradutora não está familiarizada com essas áreas. A editora Vozes deveria ter providenciado um serviço de revisão com especialista na área, para evitar esses problemas.

giro² lingüístico e a formulação recente do giro discursivo, por Teun A. van Dijk, promete uma visão geral das tendências atuais de análise do discurso e de suas aplicações, que a converteria em referência e modelo de trabalho interessante para os cientistas sociais. Entretanto, os três capítulos iniciais, que (se esperava) dariam as orientações, são vagos e genéricos demais, não especificando de forma satisfatória as várias correntes de interpretação abordadas, algumas delas já caídas no esquecimento, outras em competição desigual. Os capítulos voltados para a prática, por sua vez, relativamente autônomos em relação à primeira parte, carecem de objetividade e de orientação explícita para familiarizar seus leitores com os procedimentos de análise.

O primeiro capítulo, "O 'giro lingüístico'", de Tomás Gracia, apresenta a trajetória das propostas de análise do discurso desde os anos de 1960, que manifestaram-se na virada lingüística, com mudança de enfoque sobre o papel da língua, de sistema de representação social, nos termos de lingüistas e antropólogos, como Sapir e Whorf, para ferramenta de ação, na linha pragmática dos filósofos da linguagem como Austin, Grice e Rorty. Simplificando a descrição de tendências para efeito didático, podemos dizer que, segundo o autor, a língua era concebida, até aquela época, como modo de organizar o pensamento e, sobretudo, como sistema de representações³. E, com a consolidação das abordagens de orientação marxista, mudou-se radicalmente o modo de pensar a língua, que teria passado e continuaria, hoje, a ser considerada a mais poderosa ferramenta de trabalho social, pelo que faz, pelo que constitui, justifica e legitima. É a consagração do tom que se pode constatar em *The linguisticTurn*, coletânea que contém artigo clássico do filósofo Richard Rorty, sobre aquele movimento. O capítulo é interessante, porém, polêmico nas conclusões que favorece a impressão de uma grande revolução, que teria rompido com uma visão puramente representacionista da linguagem, em troca de uma visão literalmente oposta, centrada no que a língua faz. A redução binária da complexidade do tema leva a esquecer que a lingüística estrutural é social por

² A expressão cunhada por Richard Rorty, em meados dos anos de 1960, foi *linguistic turn*, que se traduz no Brasil, normalmente, por *virada lingüística*.

³ Em termos dos três grandes ramos da retórica clássica, o discurso faz coisas: aconselha ou desaconselha (deliberativo); acusa ou defende (judiciário); louva ou infama (epidíctico). Estamos no plano das ações, pois não podemos confundir "o dia está bonito" com "ele é um assassino". A primeira afirmação não implica uma seqüência necessária de ações; a segunda é uma ação que leva a outras ações.

natureza, pois foi gerada no seio da sociologia de Durkheim, que no seu seio se desenvolveu a proposta de análise do discurso de Zellig Harris, que os antropólogos, a exemplo de Sapir e de Whorf, concentraram-se na língua como organizadora da mente e da cultura, ao mesmo tempo em que é organizada por essa mesma cultura. O próprio movimento gerativista, que perdura há meio século, insiste no papel da língua como organizadora do pensamento e da cognição, ao mesmo tempo em que é delimitada e definida por constantes cognitivas, de natureza genética.

Os capítulos dois e três, escritos pelo organizador da obra, Lupicínio Iñiguez, recobrem-se e repetem-se parcialmente, no esforço em descrever e avaliar algumas das correntes e disciplinas que se desenvolveram na filosofia da linguagem e nas ciências sociais, a ilustrar pela teoria dos atos de fala (com Austin e Searle), pela pragmática (com Levinson e Sperber e Wilson), pela etnometodologia (com Garfinkel e Coulon), pela análise crítica do discurso (com Fairclough e Kress) e pelas idéias de Foucault, especialmente as formuladas em *Genealogia do saber* e *A ordem do discurso*. Dado o tratamento pouco explícito de algumas correntes, a exemplo da etnometodologia e dos atos de fala, em que a versão portuguesa inova com termos estranhos à tradição da lingüística brasileira, com tradução inadequada da terminologia de Garfinkel e Austin, várias passagens são difíceis de compreender. Entretanto, as idéias básicas do autor estão coerentes com a orientação do manual, ao apresentar-nos uma visão da língua que faz, quer por parte dos usuários, quer dos analistas.

Nosso foco de atenção vai para os quatro capítulos da segunda parte, que oferecem sugestões práticas de como analisar, cumprindo-se, por conseguinte, o requisito de manual: conjunto de princípios e procedimentos a serem testados e aplicados. Entretanto, o capítulo quarto, de Charles Antaki e Félix Díaz, e o quinto, de Derek Edwards, são muito breves e mesmo superficiais, como ilustração de modo de analisar textos. Apresentam, respectivamente, uma visão panorâmica da análise da conversação (marcada pela lingüística do uso, de Sacks e Schegloff) e da psicologia discursiva. Cabe ponderar que ambas as correntes são quase indiferentes ao movimento da virada lingüística e não têm impacto substantivo na obra, pois apenas ilustram e comentam, em termos sumários, as dificuldades previsíveis na comunicação dialógica sobre temas delicados ou constrangedores e reconceituam alguns processos psicológicos relacionados à interação social.

Com isso, o objetivo de ilustrar o modo de trabalho proposto na primeira parte da obra só é fielmente contemplado no capítulo sexto, de

Luisa Rojo, na apresentação e ilustração da análise crítica do discurso. Aqui, apresentam-se os princípios, os fundamentos e os procedimentos dessa vertente de análise, com um exemplo sobre o discurso do racismo na Espanha, que oferece uma interpretação ousada, em que se ilustra e justifica a abordagem da parte teórica da obra. A autora esforça-se em convencer-nos de que o discurso oficial do governo espanhol defende, consolida, justifica e legitima as ações jurídicas e policiais perpetradas contra os imigrantes na Espanha. Também entremostra que o discurso da oposição desautoriza parte dessa legitimação e constrói novas verdades em defesa dos imigrantes. Por fim, a analista, ao propor as categorias analíticas de justificação e legitimação, tenta levar-nos, a nós, leitores, a concordar com ela e, portanto, a suspender tanto a deliberação quanto o julgamento que a leitura dos textos oficiais e da oposição tenderia a criar em nós. O resultado é interessante, porém, preocupante, ao repor, em cena, o princípio da autoridade, pois, por um artifício metodológico, situa o analista em posição superior aos litigantes originais (governo e oposição). Trata-se de um positivismo do valor, embora o texto não exceda o primeiro item do plano retórico, de persuadir, convencer pela eloquência e pelo uso dos recursos da linguagem figurada.

Somos de opinião que cabe acolher e testar o modelo de análise crítica do discurso, mas cabe também reagir com cautela ao entusiasmo dos analistas críticos. Sua proposta, certamente, contém idéias e ilustrações interessantes sobre como proceder na análise constitutiva, em que a língua se apresenta como ferramenta, mas – no caso em pauta – a análise crítica do discurso não convence ao tentar mostrar que a oposição, as organizações não-governamentais (ONGs), enfim, os diferentes grupos sociais afetados pelo fenômeno *imigração* na Espanha produzem distintas verdades. Pois, no fundo, isso quer dizer que a versão oficial não tem tanto poder de criar verdades e continua a formular representações do governo, que se chocam com as representações da oposição e dos grupos minoritários, a começar pelos imigrantes. De fato, no exemplo, apenas estamos no seio do debate, coisa comum e desejável no mundo democrático, dos diferentes interesses, todos eles socialmente *reais*. Os interesses não são verdadeiros nem falsos. Apenas os julgamos em função de princípios gerais (a moralidade e a dignidade humana, por exemplo) ou de suas conseqüências práticas⁴. Teríamos que ser muito vagos na definição da “verdade”, ou

⁴ Perelman (1993) aponta que o debate em termos de princípios gerais é dominante entre as forças ditas progressistas.

aceitar o ditame de cada ator sobre a verdade de seu interesse. Estamos no plano da dialética, da teoria dos argumentos ou da nova retórica. A virada lingüística não seria, portanto, uma onda gigante, um *tsunami* a invadir as praias da linguagem humana. Seria, no máximo, uma pequena marola, que não faz a canoa da língua virar e cujas origens sísmicas são bem antigas. Semente e fruto da interação, a língua indica, identifica, representa, sugere, impõe, segundo o poder de quem a produz e, nesse seu trabalho social, recebe influências dos usos a que foi submetida e se acomoda, na mente dos usuários, com novas camadas de sentido, historicamente construídas.

Na linha desse último comentário, merece atenção o capítulo final, escrito por Mary Jane Spink e Vera Menegon, que parece ter entrado na obra após a sua concepção (pois a introdução fala em seis capítulos e sequer oferece uma síntese das idéias desse sétimo). O capítulo é, particularmente, estranho ao modelo sugerido pela virada lingüística. Pois trata-se de uma análise clássica do quadro microsociológico das representações sociais, que tem Mary como excelente estudiosa, e no qual a análise dos fragmentos de texto se consome em paráfrases ou aproximações semânticas prévias, que sintetizam e apreciam as passagens, cuidadosamente selecionadas, como representativas do discurso dos riscos em três áreas da atividade humana. Ilustra-se, portanto, uma tradição interpretativa das representações sociais, que se filia ao movimento criado por Serge Moscovici, em sua *Representação social da psicanálise*, e que se consolidou na nossa área.

Apesar da relevância da autora e de seus escritos para a área das representações sociais, a contribuição específica do capítulo de Spink, em termos de procedimentos, é pequena. Com efeito, se tomarmos os textos-objeto que as autoras selecionam e formos diretamente para a interpretação que é oferecida, veremos que, na maioria dos casos, as analistas produzem uma retomada dos textos, uma espécie de síntese deles, ou paráfrase redutora, a ser decodificada com base no conhecimento enciclopédico que ambas detêm. Levada às últimas conseqüências, essa perspectiva põe o sentido no texto, que o representa, dando força à proposta de análise estruturalista de Umberto Eco, anunciada em *Obra aberta* e refinada progressivamente, conforme se vê em *Interpretação e superinterpretação*. Novamente, verifica-se uma volta, dessa vez ao modelo estruturalista de tendência a valorizar a imanência do texto.

Nossa avaliação e interpretação sobre o livro, como um todo, é que presta serviço ao fundamentar e ilustrar, por meio de diferentes pesquisa-

dores⁵, alguns caminhos promissores que se abriram na vertente da virada lingüística. Lemos, em diferentes registros, que a língua faz, é constitutiva da realidade, tanto a dos produtores do discurso quanto a dos analistas. Lemos, também, que a realidade circunstancial, por sua vez, confere à língua um conjunto de valores e representações que pesam como chumbo cada vez que a utilizamos. Cabe registrar, portanto, que não se abandonou o representacionismo, nem há como abandoná-lo. Ao contrário, dizemos, formulou-se, de forma ainda vaga, uma proposta circular em que, de um lado, construímos conhecimento, criamos objetos, influenciemos pessoas, ao falarmos ou analisarmos as falas. Por outro lado, o contato com as falas, mesmo na forma de fragmentos, põe-nos em contato com intertextos, carregados de representações.

Nosso ponto é que, na obra, os pressupostos lingüísticos e retóricos, apresentados em linguagem em que nem sempre está presente o rigor conceitual, revelam-se pouco produtivos, e que uma leitura atenta, guiada pela intuição, dos fragmentos de texto oferecidos para análise, leva aos mesmos resultados da leitura, teoricamente, instrumentada. A primeira parte deveria dar conta do estado-da-arte do que se vem produzindo, desde o texto clássico de Grice sobre *Logic and conversation*, com atenção maior para o que se apresenta na área a partir da década de 1970 sobre linguagem nas ciências sociais: giro lingüístico, inferência, pressuposição na análise da conversação, atos de fala, pragmática e psicologia discursiva. A apreciação geral é que os capítulos são genéricos demais e pouco articulados, de modo que se tornam pouco úteis para quem não conhece as teorias e metodologias discutidas e sem utilidade para quem está familiarizado com as diferentes técnicas ali enumeradas. A falha mais grave da coletânea, porém, decorre da falta de atitude crítica. Tudo é apresentado como operacional, útil e relevante, como se dependesse de cada situação a op-

⁵ A maioria dos autores atua em universidades da Espanha. Teun A. van Dijk, que escreve o prefácio e sintetiza de forma brilhante a passagem do giro lingüístico para o que chama de giro discursivo, é da Universidade Pompeu Fabra, de Barcelona. Tomás Ibáñez Garcia é da Universidade Aberta da Catalunha. O organizador da coletânea, que escreve os capítulos 2 e 3, atua na Universidade Autônoma de Barcelona. Luisa Martín Rojo, da análise crítica do discurso, é da Universidade Autônoma de Madri. Por fim, Félix Díaz, da Universidade de Castela, escreve sobre análise da conversação com Charles Antaki, da Universidade de Loughborough, a que também pertence Derek Edwards, da psicologia discursiva. Mary Jane Spink e Vera Mincoff Menegon, da análise da linguagem dos riscos, são da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

ção por uma alternativa de método. Há autores que atribuiriam tal entendimento ao positivismo comtiano. Entretanto, após a leitura da obra, estamos longe de concordar com essa premissa. Várias propostas se mostraram vazias, ou não resistiram à crítica e deixaram de ser utilizadas, a exemplo da própria formulação de Grice, em que o único elemento que continua valorizado é a implicatura conversacional, embora difícil de ilustrar e conceituar.

O movimento do giro lingüístico, contra a filosofia clássica, está longe de ser consenso entre os estudiosos do discurso. Várias correntes interpretativas continuam a produzir conhecimento relevante no quadro do representacionismo. Um exemplo relevante pode ser colhido junto aos institutos de filologia bíblica e aos intérpretes dos textos religiosos e políticos que se debatem, continuamente, com as dificuldades em produzir paráfrase aceitável de formulações consideradas complexas para o usuário final dos textos. Ao negar validade ao modelo analítico que lida com representações, a coletânea ignora esse tópico, que sequer é comentado.

Portanto, estamos diante de um esforço louvável de produção coletiva, apesar de pagar pesado preço ao movimento produtivista. A orientação de Teun van Dijk, excelente pesquisador na área interdisciplinar de comunicação, mídia e linguagem, faz-se presente na análise crítica do discurso. O livro representa uma contribuição ao esforço por produzir manuais de análise do discurso, fora da pressão determinista da ideologia e da análise do inconsciente, dada a multiplicidade de análises que circulam no meio acadêmico, e concebe a língua como objeto de análise, no amplo, complexo e mal-definido campo das ciências sociais.

Fica a sugestão para que a *Vozes*, em nova edição, atente para a tradução, que revela desconhecimento da temática e da nomenclatura específicas da área, a exemplo de *dêixis*, termo técnico já consagrado na lingüística brasileira desde os anos de 1970, que é apresentado como *díxis*. Ou *ilocutório* e seus cognatos, que são traduzidos como *ilocucionário* ou *ilocutivo*. O texto está pontilhado de impropriedades gramaticais, de concordância e regência, que apontam falha na revisão. Os glossários ao final de cada capítulo apresentam inadequações, ao não controlarem a definição dos termos técnicos. Por exemplo, lê-se (p. 48) de representacionismo: "doutrina filosófica que postula uma relação de correspondência entre o conhecimento e a realidade que vai mais além da simples utilidade prática do conhecimento para operar sobre a realidade". Entretanto, sabemos que o termo designa uma propriedade das línguas naturais, codificada nas teorias do signo lingüístico, desde, pelo menos, Santo Agostinho. Trata-se da capacidade que a língua tem, como

sistema de significantes, de referir significados. Os atos de fala, cuja tradução consolidada em português é pelo sufixo *-ório* (*locutório, ilocutório, perlocutório*), são traduzidos como *-ário* ou *-ivo* (*locucionário, ilocucionário, perlocucionário, locutivo, ilocutivo, perlocutivo*), são marcados por conceitualização frouxa. Assim, *locucionário* é a "ação da fala que produz significado". Entretanto, todos os atos, mais do que significar, produzem significado, sob pena de não serem lingüísticos. O caso mais grave, para nós, consiste na tradução das características básicas da etnometodologia. A primeira delas, *membership*, em vez de *filiação* ou *pertencimento*, *pertença*, é traduzida por *competência*, criando atrito inevitável com o conceito gerativo de *competência*, que se contrapõe à *langue* da teoria estruturalista.

REFERÊNCIAS

- ECO, U. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Oxford: Polity Press, 1992.
- _____. *Language and power*. London: Longman, 1989.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- _____. *L'Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1967.
- IÑIGUEZ, Lupicínio (coord.). *Manual de análise do discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais da psicanálise*. Rio: Record, 1978.
- PERELMAN, C. *O império da retórica*. Portugal: Edições ASA, 1993.
- _____.; TYTECA, L. O. *Tratado da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- RORTY, R. *Philosophy and the Mirror of Nature*. Princeton: Princeton University Press, 1979.
- SACKS, H. *Lectures on conversation*. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1992.
- SAPIR, E. *Language: an introduction to the study of speech*. New York: Harcourt Brace, 1921.
- VAN DIJK, T. A. *Handbook of discourse analysis*. New York: Academic Press, 1985.

Sebastião Votre

Professor da Universidade Gama Filho (UGF)

Hugo Lovisolo

Professor da universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)